

4ª Câmara de Coordenação e Revisão

Boletim Informativo

2026

Sessões de Revisão e de Coordenação
de 25 de junho de 2026



Destaques da Revisão

JF-GRT-5000736-13.2025.4.
03.6118-APORD

Voto nº: 968/2026/4ª CCR

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP). AÇÃO PENAL. MEIO AMBIENTE. DANO A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO. RECUSA DO MPF EM OFERECER O ANPP. PEDIDO REVISIONAL DA DEFESA (ART. 28-A, § 14, DO CPP). PRESENÇA DOS REQUISITOS. SUFICIÊNCIA DA MEDIDA QUE SE MOSTRA ADEQUADO E PROPORCIONAL NO CASO CONCRETO. CABIMENTO DO OFERECIMENTO DE PROPOSTA DE DE ANPP.

1.13.000.000861/2025-41

Voto nº: 1068/2026/4ª CCR

INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE. COMÉRCIO ILEGAL DE MERCÚRIO LÍQUIDO. SHPS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA (SHOPEE). EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO. REMOÇÃO DOS ANÚNCIOS NO SÍTIO ELETRÔNICO. CUMPRIMENTO INTEGRAL DA RECOMENDAÇÃO PELA EMPRESA INVESTIGADA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO

1.22.000.004755/2022-84

Voto nº: 1056/2026/4ª CCR

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. MEIO AMBIENTE. SEGURANÇA DE BARRAGEM DE MINERAÇÃO. BARRAGEM B3. CUMPRIMENTO DE TAC E ADITIVO. AUDITORIA INDEPENDENTE CONCLUÍDA. ESTABILIDADE ATESTADA. DCE POSITIVA. AUSÊNCIA DE NÍVEL DE EMERGÊNCIA. FISCALIZAÇÃO REGULAR DA ANM. EXAURIMENTO DO OBJETO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

Destaques da Revisão

[1.25.000.014782/2025-04](#)

Voto nº: [1200/2026/4ª CCR](#)

INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL. PATRIMÔNIO HISTÓRICO. TOMBAMENTO. CIDADE DA LAPA/PR. ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS. FESTIVIDADES ANUAIS. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. EXAURIMENTO DO OBJETO. INSTAURAÇÃO DE PA DE ACOMPANHAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

[1.13.000.000604/2026-90](#)

Voto nº: [1015/2026/4ª CCR](#)

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO. MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO. GARIMPO EM LEITO DO RIO MADEIRA (OURO). COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA REFERENTE À COOPERMINA. METODOLOGIAS ALTERNATIVAS AO USO DE MERCÚRIO A SEREM DESENVOLVIDAS E APLICADAS, QUE DEVERÃO SER APRESENTADAS JUNTO AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES. ARQUIVAMENTO PARCIAL. HOMOLOGAÇÃO.

[1.33.003.000018/2020-37](#)

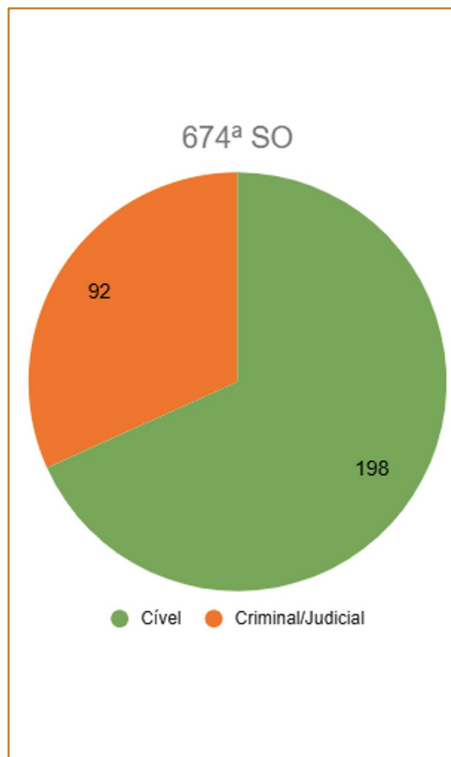
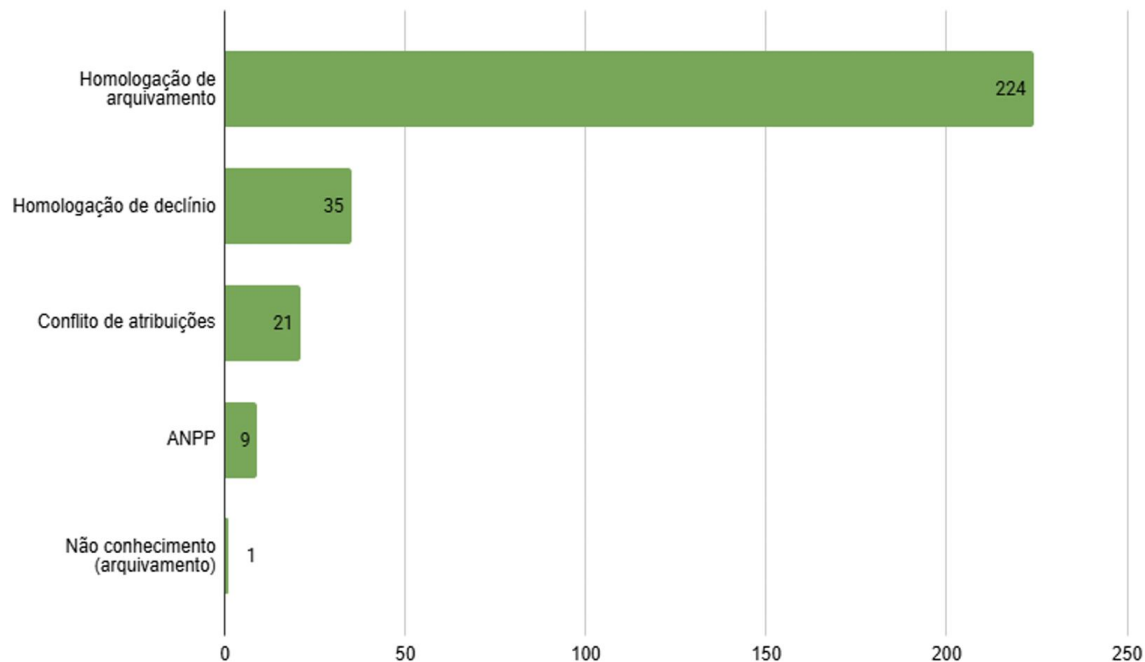
Voto nº: [1118/2026/4ª CCR](#)

INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO. ACP DO CARVÃO. PASSIVO AMBIENTAL. LOTEAMENTOS URBANOS. JUDICIALIZAÇÃO QUANTO A UM DOS LOTEAMENTOS. INSTAURAÇÃO DE NOVO PROCEDIMENTO PARA ACOMPANHAR OS MESMOS FATOS RELATIVOS AO LOTEAMENTO FIRENZE. CONTINUIDADE. HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DO ARQUIVAMENTO.

Estatística da Revisão

Total de processos apreciados:
290

Quantitativo de processos julgados na 674ª SO (feitos no total 290)



Destaques da Coordenação

63ª Sessão de Coordenação de 26 de junho de 2026

Aprovação do modelo de reestruturação dos escritórios de administração, nos termos propostos pela 4ª CCR no Ofício n.º 623/2026-4ªCCR ([PGR-00197467/2026](#)).

O Vice-Procurador-Geral da República, por meio do Despacho 146/2026 ([PGR-00241799/2026](#)), informou ainda que, em breve, será publicada a norma geral orientadora dos processos seletivos para os escritórios especiais e de administração. Em seguida, a Câmara publicará os editais para a seleção dos titulares, nos termos do art. 6º da [Portaria PGR/MPF nº 263, de 30 de abril de 2026](#).

Publicação da PORTARIA Nº 49/PFDC/MPF, DE 15 DE JUNHO DE 2026, que institui o Grupo de Trabalho para a elaboração do protocolo de investigação de crimes e ameaças contra pessoas defensoras de Direitos Humanos. O grupo é composto por representantes da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e das 2ª, 4ª e 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão.

Acesse [aqui](#) a portaria.

O Vice-Procurador-Geral da República, por meio do Despacho 157/2026 ([PGR-00242824/2026](#)), aprovou a criação de comissão que visa tratar da temática relativa à redefinição das atribuições dos Escritórios da Amazônia Ocidental especializados no combate à mineração ilegal (OFAMOCs-Manaus), bem como ao aprimoramento e à ampliação da estrutura socioambiental na região amazônica. A 4CCR, por meio do Ofício n.º 781/2026-4ªCCR, indicou os seguintes membros para compor a comissão: o Procurador Regional da República Carlos Fernando Mazzoco, o Procurador da República Daniel César Azeredo Avelino, o Procurador da República André Luiz Porreca Ferreira Cunha e a Procuradora da República Priscila Ianzer Jardim Lucas Bermúdez.

A SEJUD promoveu ajustes no sistema Único para permitir a flexibilização dos prazos de prorrogação de PICs, promovendo a devida adequação aos prazos determinados pela Justiça, em razão da implementação do Juiz das Garantias. Por meio do Memorando nº 92/2026/SEJUD/SG ([PGR-00246267/2026](#)) a SEJUD informa que divulgou o Informativo SEJUD nº 15/2024 sobre o tema.

Destaques da Coordenação

63ª Sessão de Coordenação de 25 de junho de 2026

A Comissão da Zona Costeira da 4ª CCR promoveu a Oficina Entendendo o Planejamento Espacial Marinho (PEM), em parceria com os órgãos integrantes do projeto MPF pelo Gerenciamento Costeiro (Gerco). Realizado no formato on-line, o encontro teve como objetivo ampliar o diálogo sobre a organização e a governança dos espaços marinhos brasileiros.

Acesse aqui a [notícia sobre o evento](#)

Realização do Seminário MPF Clima: Adaptação Local em Foco - Rio Grande do Sul. Durante a abertura a Coordenadora da 4ªCCR abordou a urgência de as administrações municipal, estadual e federal adotarem medidas de adaptação baseadas em evidências científicas e a necessidade de uma atuação institucional que integre a proteção ambiental aos direitos humanos para resguardar populações vulnerabilizadas, como mulheres e comunidades tradicionais.

Acesse aqui a [notícia sobre o evento](#)

Realização do evento de lançamento do Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2025 (RAD2025) pelo MapBiomass. O evento revelou que, pela primeira vez desde 2019, o desmatamento no Brasil ficou abaixo de 1 milhão de hectares, registrando uma queda de 20,6% em relação ao ano de 2024.

Acesse aqui a [notícia sobre o evento](#)

Realização de reunião com representantes estaduais da 4ªCCR, membros do Grupo de Trabalho Biomass e representantes das organizações Proforest, Imaflores e NWF. Na ocasião, abordaram-se possíveis estratégias para apoio institucional do Ministério Público na implementação do "Protocolo do Cerrado". A iniciativa, que integra o plano de trabalho do GT Biomass, foca no engajamento de frigoríficos com relevante capacidade de abate que atuam nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Tocantins, Mato Grosso do Sul e São Paulo, mas que ainda não aderiram formalmente ao protocolo, conforme detalhado no relatório de abril de 2026. Como encaminhamento da reunião, foram enviados ofícios aos representantes estaduais da 4ª CCR para que avaliem a instauração de procedimentos administrativos de acompanhamento das empresas não aderentes, além de manter o monitoramento daquelas já engajadas ou em fase de auditoria pelo GT Biomass.

Acesse aqui a [notícia sobre o encontro](#)

Destaques da Coordenação

63ª Sessão de Coordenação de 25 de junho de 2026

Realização do Seminário Participativo sobre Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas. O evento reuniu representantes do Poder Público, povos tradicionais e sociedade civil para discutir e implementar protocolos nacionais de proteção. A Coordenadora da 4ªCCR ressaltou a necessidade de fortalecer a atuação interinstitucional e destacou que é urgente estruturar um protocolo de alerta rápido voltado aos Procuradores que atuam diretamente nas localidades, estabelecendo um fluxo interno para o reconhecimento de ameaças e a articulação com forças policiais e demais órgãos públicos.

Acesse aqui a [notícia sobre o evento](#)

Realização do Seminário MPF Clima: Adaptação Local em Foco - Acre. O evento foi realizado no formato de audiência pública, cujo tema foi: Emergência Climática e Direitos Fundamentais de Populações Vulneráveis.

Acesse aqui o [vídeo do evento](#)

Participação da Coordenadora da 4ª CCR no workshop internacional *Shared Challenges, Shared Action: Implementing the Ecological & Environmental Code and Global Environmental Rule of Law Cooperation*. Durante o evento, a Coordenadora da 4ª CCR abordou a experiência brasileira na utilização de instrumentos jurídicos para enfrentar a crise climática e estruturar uma economia de baixo carbono. Destacou que o mecanismo chinês de litigância é muito similar à atuação do MPF em ações civis públicas e na tutela coletiva, uma vez que, na China, as procuradorias também podem ajuizar ações contra empresas e órgãos públicos omissos na proteção ambiental. A transição para uma economia sustentável, na avaliação da Coordenadora da 4ªCCR, exige inovação tecnológica e novos investimentos, associados a marcos regulatórios capazes de conferir segurança jurídica e assegurar a proteção dos direitos humanos. Na oportunidade, ressaltou que o direito passou a exercer um papel indutor na construção dos mercados verdes, mas alertou para a necessidade de que “a chamada economia de baixo carbono não reproduza desigualdades históricas nem desconsidere a realidade dos territórios tradicionalmente ocupados”.

Acesse aqui a [notícia sobre o evento](#)

PLs em tramitação - Congresso Nacional

● [Projeto de Lei nº 2791/2025](#) - Autora: Deputada Camila Jara (PT/MS)

“Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), para minimizar impactos dos resíduos sobre a fauna silvestre”

Posição: - Aprovado o [Parecer nº 01](#) da Relatora, Deputada Natália Bonavides (PT/RN), pela aprovação, com substitutivo; - A matéria segue para a apreciação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

● [Projeto de Lei nº 957/2024](#) - Autor: Deputado Filipe Barros (PL/PR)

"Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, o Código de Mineração, da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, e da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989."

Posição: No dia 03/06, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a urgência.

● [Projeto de Lei \(PL\) nº 1868/2021](#) - Autor: Deputado Gustavo Fruet (PDT/PR)

"Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente."

Posição: Foi cancelada a reunião de 10/06/2026 da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para a apreciação do [Parecer do Relator](#), Deputado Félix Mendonça Jr. (PDT/BA).

PLs em tramitação - Congresso Nacional

● [Projeto de Lei nº 1659/2024](#) - Autor: Deputado Filipe Barros (PL/PR)

“Estabelece o regime de salvaguarda, no âmbito de investimentos estrangeiros, de ativos estratégicos essenciais para garantir a defesa e soberania nacional e a segurança do abastecimento do país em serviços fundamentais para o interesse nacional, assim como regulamenta o recebimento de recursos estrangeiros pelas Organizações Não Governamentais”.

Posição: Na reunião do dia 17/06, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, foi retirado de pauta, a pedido do Relator, Deputado Evair Vieira de Melo (REPUBLIC/ES). - 22/06/2026- Apresentação do REQ n. 3582/2026 (Requerimento de Redistribuição), pelo Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP), que "Requer a revisão de despacho de distribuição do PL nº 1.659/2024, para retirar a Comissão de Administração e Serviço Público de comissões competentes para apreciar o mérito da matéria".

● [Projeto de Lei nº 3904/2023](#) - Autor: Deputado Valmir Assunção (PT/BA)

"Institui a Política Nacional de Repatriação de Artefatos dos Povos Originários e Tradicionais".

Posição: Durante a reunião, de 10/06, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, o [Parecer](#) sobre o PL nº 3904/2023 foi retirado de pauta, a pedido do Relator, Deputado Heitor Schuch (PSD/RS).



PLs em tramitação - Congresso Nacional

● [Projeto de Lei nº 5900/2025](#) - Autor: Senado Federal - Magno Malta (PR/ES)

“Acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo; e dá outras providências.”.

Posição: Foi aprovado o [Parecer Preliminar de Plenário nº 01](#) apresentado dia 21/05, do Relator, Deputado Pezenti (MDB/SC), pelo Plenário da Câmara dos Deputados. A matéria segue para a apreciação do Senado Federal, onde tramitará com a mesma numeração.

● [Projeto de Lei nº 2564/2025](#) - Autor: Deputado Lucio Mosquini (MDB/RO)

"Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório."

Posição: Apresentação de [Autógrafo](#); remetido ao Senado Federal, onde tramita com a mesma numeração.



PLs em tramitação - Congresso Nacional

● [Projeto de Lei nº 2435/2024](#) - Autor: Deputado Delegado Caveira (PL/PA)

“Altera a Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013, para dispor sobre a capacidade postulatória do delegado de polícia.”.

Posição: No dia 16/06, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, foi apresentado o [Parecer](#) do Relator, Deputado Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO/MG), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

● [Projeto de Decreto Legislativo nº 758/2025](#) - Autor: Deputado Junio Amaral (PL/MG)

"Susta a Resolução CONAMA Nº 510, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que “Dispõe sobre critérios técnicos, condições de validade, transparência, integração e publicidade de informações relacionadas à emissão de Autorizações de Supressão de Vegetação nativa em imóveis rurais e dá outras providências””.

Posição: Designado Relator, Deputado Rodolfo Nogueira (PL/MS), na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.



PLs em tramitação - Congresso Nacional

● [Projeto de Lei nº 2842/2024](#) - Autor: Deputado Nilto Tatto (PT/SP)

“Institui a Política Nacional de Proteção de Rios, cria o Sistema Nacional de Rios de Proteção Permanente e dá outras providências.”.

Posição: Apresentado o [Parecer](#) da Relatora, Deputada Duda Salabert (PSOL/MG), pela aprovação, com substitutivo, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

● [Projeto de Lei nº 2898/2025](#)- Autor: Deputado Lucio Mosquini (MDB/RO)

"Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências", para estabelecer regime especial de sanções para pequenos produtores rurais que produzam para subsistência".

Posição: Apresentado o [Parecer](#) do Relator, Deputado Cobalchini (MDB/SC), pela aprovação, com substitutivo, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

PLs em tramitação - Congresso Nacional

● [Projeto de Lei nº 2143/2025](#) - Autor: Senado Federal - Senador Givago Tenório (PP/AL)

“Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 (Lei de Proteção de Cultivares), para aumentar o prazo de vigência do direito de proteção de novas cultivares, e dá outras providências.”.

Posição: Designado Relator de Plenário, Deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP).

● [Projeto de Decreto Legislativo nº 717/2024](#) - Autor: Senado Federal - Senador Esperidião Amin (PP/SC)

"Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que “dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências”, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina”, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que “homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.”

Posição: Em 17/06/2026, foi aprovado [requerimento de urgência](#), de autoria da Deputada Julia Zanatta (PL/SC).



PLs em tramitação - Congresso Nacional

● [Projeto de Decreto Legislativo nº 540/2024](#) - Autora: Deputada Daniela Reinehr (PL/SC)

“Susta os efeitos dos Decretos números 12.288, 12.290 e 12.289 de 04 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a demarcação das Terras Indígenas Potiguara de Monte-Mor, na Paraíba, Morro dos Cavalos e Toldo Imbu, em Santa Catarina.”.

Posição: Apresentado o [Parecer](#) do Relator, Deputado Alexandre Lindenmeyer (PT/RS), pela rejeição do PDL, na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais.

● [Projeto de Lei nº 849/2025](#) - Autor: Deputada Geovania de Sá (PSDB/SC)

"Reduz a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no Estado de Santa Catarina.".

Posição: Apreciação do [requerimento de urgência](#).